A PRODUÇÃO ORGÂNICA COMO PROMOTORA DE NOVAS RURALIDADES?

REFLEXÕES SOBRE ASSOCIAÇÕES DE PRODUTORES (NEORURAIS) DO SUL DE MINAS GERAIS

CAMILA GUEDES CODONHO

RESUMO *Este artigo, fruto de uma pesquisa de doutorado realizada entre produtores rurais do sul de Minas Gerais, pretende apresentar os novos arranjos, alianças e conflitos que surgem do encontro entre dois tipos de atores sociais no âmbito das associações de produtores orgânicos. A título de análise denominamos tais atores como “neorurais locais” e “neorurais forasteiros”, sendo os primeiros, agricultores familiares que passaram a produzir para o mercado a partir das técnicas orgânicas de produção, e os segundos, cidadãos que migram dos grandes centros urbanos e vão buscar no campo um ideal de vida pautado na convivência harmônica com o mundo natural, supostamente livre da poluição, do barulho e do stress das grandes cidades.*

PALAVRAS-CHAVE *Antropologia rural, novas ruralidades, questão ambiental.*

ABSTRACT *This article is a result from a doctoral research among farmers in southern Minas Gerais, it intends to present the new arrangements, alliances and conflicts that arise from the encounter between two types of social actors within the associations of organic producers. To develop this analysis, here we call these actors as "local new farmers" and "outsiders new farmers", which the first ones are family farmers who produce for the market from organic production techniques and the latter are the ones who came from urban centers, seeking an harmonious coexistence with natural world, supposedly free from pollution, noise and stress of big cities.*

KEYWORDS *Rural anthropology, new ruralities, environmental issue.*

INTRODUÇÃO

Recentemente, o campo de estudo que se dedica à investigação do meio rural, brasileiro e em outras partes do mundo – e isso inclui análises multidisciplinares sobre o tema que vão desde a sociologia e a antropologia rural até agronomia, biologia, economia, turismo e áreas afins –, tem testemunhado o surgimento de novas formas de ocupação espacial e laboral, grande parte das vezes motivadas pela percepção da crise ecológica pela qual vem passando o planeta.

Nesse sentido, na década de 90 do século XX, surgem as primeiras análises e conceituações do que se tem chamado de “novas ruralidades”, como demonstram os trabalhos de Kayser (1990), Giuliani (1990), Wanderley (2000), Karam (2002), Brandeburg (2005), Carneiro (2008), Codonho (2011, 2013) e Aun (2012).

Embora não se encontre o termo “ruralidade” nos dicionários, um próximo a ele, “ruralização”, diz respeito a transferência de elementos culturais característicos de sociedades rurais para o meio urbano” (MICHAELLIS, 1998, p. 1867). Ainda de acordo com a mesma fonte, temos ainda o termo “ruralizar”, que significa “adaptar-se à vida rural e agrícola”, que ganha destaque no contexto desses novos estudos, que se centram na percepção das diferenciadas lógicas que levam pessoas que migram das cidades para o campo, em um movimento contrário ao do êxodo rural, passando a abrir mão das comodidades urbanas em prol de um estilo de vida mais simples, na maioria dos casos com menos ganhos financeiros, mas supostamente recompensador pelo bem estar de se viver em meio à natureza, longe dos supostos malefícios causados por uma urbanização extrema.

No âmbito de minha pesquisa no sul de Minas Gerais (CODONHO, 2013), realizada entre produtores de quatro associações, quais sejam: ECOMINAS (sede: Pouso Alegre), Orgânicos da Mantiqueira (sede: Gonçalves), Serras Verdes

(sede: Córrego do Bom Jesus) e APANFÉ (sede: Maria da Fé), apenas a título de análise (e não com a intenção de cunhar um novo conceito ou categoria), optou-se por ampliar um pouco mais a tipologia considerando como neorural não apenas as pessoas não originárias da zona rural que optaram por esse novo estilo de vida, mas também pessoas originárias do campo que, de certa forma, se converteram ao manejo orgânico de produção, diferenciando-se dessa maneira do tipo de ruralidade predominante na região, praticante da agricultura convencional, dependente de insumos químicos externos e maquinário. Dessa forma, pretendendo ampliar um pouco mais as análises dos autores que trabalharam com essa temática, denominaremos os atores sociais desta pesquisa como “neorurais locais” e “neorurais forasteiros” (CODONHO, 2011), uma vez que possuem históricos diferenciados, porém têm em comum o fato de romper com seus estilos de vida anteriores para iniciar uma nova experiência econômica e social relacionada à produção ecológica no campo.

Tal denominação a princípio dicotômica, “os locais e os forasteiros”, não pretende criar estereótipos cristalizados, afinal reconhece-se aqui a complexidade dos indivíduos inseridos nas relações sociais em análise. Entretanto, opta-se metodologicamente por se trabalhar, à maneira de Max Weber (2000), com “tipos ideais”, que embora não sejam fiéis à realidade, nos servem como recurso metodológico para melhor compreendê-la por meio de generalizações.

Antes ainda de adentrar na realidade empírica na qual se debruçou a pesquisa, cabe ainda mencionar que a complexidade dos atores sociais envolvidos, que não poderiam se enquadrar como pertencentes a um mesmo grupo social, cabe repensar a ideia de grupos sociais como uma categoria fixa. Como propôs Bruno Latour (2008) ao resgatar a “Teoria do Ator Rede” (TAR), de Gabriel Tarde, a definição do mundo social se apoia nas controvérsias, em associações e dissociações de indivíduos, que por sua vez não possuem uma ideia exata do que representam os agrupamentos dos quais fazem parte.

Essa teoria dá voz aos atores sociais, que apenas usam métodos diferenciados do sociólogo para definirem a si mesmos, mas cujas opiniões são tão importantes quanto às científicas para a definição da associação de pessoas a qual pertencem.

De acordo com esse aporte teórico, o mundo social é compreendido a partir das estratégias performáticas que viabilizam a continuidade dos agrupamentos sociais, apesar das mudanças ocorridas ao longo do tempo.

La tarea ya no es imponer algún orden, limitar la variedad de entidades aceptables, enseñar a los actores lo que son o agregar algo de reflexividad a su práctica ciega. De acuerdo con una consigna de la TAR, hay que “seguir a los actores mismos”, es decir, tratar de ponerse al día con sus innovaciones a menudo alocadas, para aprender de ellas en qué se ha convertido la existencia colectiva en manos de sus actores, qué métodos han elaborado para hacer que todo encaje, qué descripciones podrían definir mejor las nuevas asociaciones que se han visto obligados a establecer (LATOURET, 2008, p. 28).

Dessa maneira, a tarefa das Ciências Sociais seria a de estudar associações e não mais sociedades, visto que o primeiro termo melhor se aplicaria à realidade em que agrupamentos humanos se inter-relacionam em um constante movimento de transformação.

Ainda seguindo os passos de quem ele considera seu “avô intelectual”, Latour destaca a opção metodológica de Tarde ao afirmar que as sociedades (ou associações) devem ser entendidas como *contendo* elementos e não *sendo* compostas pelos mesmos, visto seu caráter provisório, instável, contextual e relacional. Daí, portanto, a substituição do verbo “ser” por “conter” quando se estudam as relações dos grupos sociais.

Essa forma dinâmica de lidar com os agrupamentos sociais foi de grande valia para esta pesquisa, que trata justamente

de associações de pessoas que, até bem pouco tempo atrás, pertenciam a mundos diferentes, a princípio quase impenetráveis, mas que atualmente dialogam entre si, criando novos pontos de convergência apesar de manter esferas de alteridade. Sua delimitação não é estanque, mas contextual, fluida, passível de negociações e construções simbólicas. Seus indivíduos estão ligados entre si por redes de pessoas, experiências de vida, afinidades comuns e uma gama de fatores que permitem que transitem entre diferentes “comunidades” e construam novos agrupamentos sociais a todo tempo, de acordo com as circunstâncias.

Podemos encontrar essa noção de grupos contextuais e não permanentes também no estudo de Adrian C. Mayer (1966). Embora se utilizando de uma visão funcionalista, o autor aponta em sua pesquisa realizada durante as eleições em Dewas, na Índia, a existência da formação do que ele chama de “quase-grupos” para explicar uma associação circunstancial de pessoas em torno de um objetivo passageiro, que é o de promover a eleição de um candidato. De acordo com o autor, esse conceito é de grande valia no estudo das sociedades complexas, onde os interesses se articulam em determinados momentos, delineando-se um sentimento de pertencimento sem que de fato se formem grupos permanentes, que compartilham valores e ideais de vida.

Para tanto, entram em ação redes de relacionamento entre pessoas que, em torno de um objetivo comum, muitas vezes pertencendo a mundos diversos (e no caso indiano até mesmo a castas diferentes), se agrupam por um determinado período de tempo.

Mayer aponta que ao seu caso de estudo aplica-se o conceito de “conjunto-de-ação” por ser uma entidade limitada e não um grupo de fato. Dessa forma, esse:

[...] não é um grupo, contudo. Pois, no conjunto-de-ação, a base que sustenta a interconexão entre indivíduos é específica

em cada caso, e não há relações de direito ou obrigação abrangendo todos os indivíduos envolvidos; nem mesmo o ato comum de votar no ego levará os membros do conjunto-de-ação a estabelecerem relações entre si (MAYER, 1966; p. 141).

No estudo por mim realizado, essa análise se mostrou bastante frutífera, pois apesar das convergências, o encontro de neorurais, locais e forasteiros, em torno de um objetivo comum, que é a prática da agricultura orgânica e o escoamento da produção no âmbito das associações, por mais amigável que seja, não faz com que eles compartilhem de fato valores de vida mais abrangentes. Como exemplo, podemos citar a religiosidade, uma vez que enquanto os neorurais locais compartilham da fé católica, intensamente vivenciada na promoção de festas tradicionais nos bairros rurais, viagens anuais a Aparecida do Norte e regras de vida pautadas nessa religião, os neorurais forasteiros possuem uma visão holística, muitas vezes sendo praticantes de religiões orientais ou filosofias alternativas. Esses assuntos são evitados na convivência entre esses atores, mas certamente se chocam.

AS ASSOCIAÇÕES DE PRODUTORES RURAIS ORGÂNICOS

Como já mencionado anteriormente, trataremos aqui de quatro associações, quais sejam: ECOMINAS, Serras Verdes, APANFÉ e Orgânicos da Mantiqueira. Todas elas aglomeram propriedades rurais situadas na Serra da Mantiqueira, uma das principais cadeias montanhosas do país que se situa em uma zona de transição entre os biomas mata atlântica, campos de altitude e em algumas áreas, cerrado, sendo cada um deles mais predominante de acordo com a altitude, que varia de 850 a 2800 metros aproximadamente.

A temperatura média anual gira em torno de 20° C na região, que apresenta invernos secos e verões chuvosos, sendo o

nível pluviométrico anual de aproximadamente 1750 mm. No inverno, a média das temperaturas mínimas varia de 6° C a 20° C, com mínimas absolutas de - 4° C a 8° C (MACHADO, 2010).

As principais atividades desenvolvidas por cada associação são as seguintes:

– *Orgânicos da Mantiqueira* (sede: Gonçalves-MG): desenvolvimento de turismo ecológico e produção e comercialização de hortaliças orgânicas visando a cidade de São Paulo, Vale do Paraíba e os turistas. Na capital paulista prioriza a distribuição de cestas, e no município, a realização de uma feira semanal e de um festival ocorrido durante todo o mês de julho denominado “Inverno Orgânico”.

– *ECOMINAS* (sede: Pouso Alegre-MG): produção de café, leite, lavouras anuais, horticultura, fruticultura. Grande parte dos produtores locais cultiva morango, cultura que passou a adotar o controle biológico de pragas e doenças, mesmo por parte dos agricultores convencionais por conta da eficácia e diminuição nos custos. O escoamento dos produtos é realizado individualmente no atacado ou em uma feira de orgânicos ocorrida às quarta-feiras e aos sábados em Pouso Alegre.

– *Associação Serras Verdes* (sede: Córrego do Bom Jesus-MG): produção de hortaliças, como tomate e ervilha, culturas anuais e morango. Possui uma pessoa (não produtora) responsável pelo escoamento dos produtos, que são vendidos para o atacado e em feiras em São Paulo, como a realizada no bairro de Santo Amaro, semanalmente.

– *APANFÉ* (sede: Maria da Fé-MG): produção de frutas, hortaliças e processados artesanais, como geleias, polpas de fruta, pães e temperos secos. A venda é realizada no atacado e para atravessadores da região, que promovem cestas de produtos e feiras nas cidades de São Lourenço e Itajubá. Além disso, realiza uma feira no município e outra semanal em São Paulo. Atualmente tem também protagonizado na região um projeto de economia solidária, denominado em outras partes do mundo

como CSA (*Community Supported Agriculture*), por meio do qual os agricultores se comprometem a entregar semanalmente para um grupo de consumidores já estabelecidos, uma espécie de cesta composta de itens provenientes de suas produções (que variam de acordo com a estação do ano) em uma troca por eles considerada justa, em que consumidores (que pagam adiantado mensalmente uma determinada quantia) e produtores se engajam com o intuito de promover uma vida salutar para ambos.

A APANFÉ e a Orgânicos da Mantiqueira são associações já existentes há cerca de doze anos, portanto, seus canais de comercialização se encontram em estágio mais avançado. A Associação Serras Verdes possui oficialmente nove anos, já que passou a existir a partir da dissociação da Orgânicos da Mantiqueira, esta última constituída legalmente como empresa. No entanto, a experiência de seus membros com a agricultura orgânica data de quatorze anos, já que anteriormente faziam parte da empresa acima citada. Assim como nas outras associações, sua produção é escoada conjuntamente.

A ECOMINAS por sua vez foi fundada há doze anos e conta com produtores espalhados por diferentes cidades da região, não tendo ainda viabilizado nenhuma venda conjunta. Cada produtor, por enquanto, faz a comercialização de seus produtos individualmente, processo que tende a se modificar de acordo com as aspirações do grupo.

Todas essas associações contam com a participação de neorurais locais e forasteiros, sendo que em grande parte dos casos (se não em todos), a possibilidade de se produzir de uma forma alternativa à convencional foi proposta pelo “pessoal de fora”, como dizem os locais.

As motivações que guiam essa escolha são, no entanto, diferenciadas para cada tipo social: se para os forasteiros essa opção tem a ver, em linhas gerais, com uma crítica à sociedade moderna e com uma vontade de reviver os valores do campo, onde pode-se ter uma vida mais saudável produzindo seus próprios

alimentos livres de agrotóxicos, para os locais, se trata de uma percepção bem próxima da degradação do meio onde habitam suas famílias há gerações. Mais do que isso, é uma alternativa para não terem que migrar para a cidade, vista a possibilidade de ganhos financeiros mais vantajosos com a agricultura orgânica em relação à convencional, que pode ser praticada em suas pequenas propriedades montanhosas em menor escala e com utilização da mão de obra familiar.

Muitos desses produtores locais inclusive passaram a adotar o manejo orgânico após o insucesso e os altos gastos com lavouras convencionais. Assim, se no caso dos forasteiros a produção orgânica é um ideal que sempre esteve em seus horizontes, para os locais trata-se, em muitos casos, de uma última tentativa.

A QUESTÃO AMBIENTAL COMO PROPULSORA DE NOVAS FORMAS DE PRODUZIR E VIVER NO CAMPO

Recentemente, em uma época marcada pelos paradoxos da modernidade, temos testemunhado novas formas de viver e atuar no meio rural.

Segundo Giddens (1991), a modernidade trouxe consigo a familiaridade com um desastre ecológico eminente visto os numerosos riscos a que estamos reconhecidamente expostos. Nas próprias palavras do autor:

Danos ambientais irreversíveis de longo prazo podem já ter ocorrido, talvez envolvendo fenômenos dos quais ainda não estamos a par. Do outro lado da modernidade, como virtualmente ninguém na Terra pode continuar sem perceber, pode não haver nada além de uma “república de insetos e grama”, ou um punhado de comunidades sociais humanas danificadas e traumatizadas. Nenhuma força providencial vai intervir inevitavelmente para nos salvar, e nenhuma teleologia histórica garante que esta segunda

versão de pós-modernidade não vai desalojar a primeira. O apocalipse tornou-se corriqueiro, de tão familiar que é como um contrafactual de vida cotidiana; e, como todos os parâmetros de risco, ele pode tornar-se real (Giddens, 1991, p. 172).

Como se sabe, a Revolução Verde caracterizada pela aplicação de produtos tóxicos utilizados na I e, sobretudo, na II Guerra Mundial, como defensivos agrícolas contra pragas e doenças da agricultura, mudou os rumos da produção mundial de alimentos.

No Brasil, esse processo se intensificou entre as décadas de 60 e 70 do século XX, em que o governo e os órgãos de assistência técnica fizeram um grande investimento na divulgação e na facilitação no uso desses produtos através de, por exemplo, empréstimos facilitados ao agricultor.

A partir de então, os saberes relativos ao controle de pragas por métodos mais naturais, relacionados aos etnoconhecimentos das populações rurais (ARRUDA e DIEGUES, 2001), foram deixados de lado e rapidamente substituídos pelo uso de tais produtos, que facilitavam e aumentavam a produção. Atrelada a isso, a disseminação do uso de maquinário fez com que a mão-de-obra humana fosse paulatinamente substituída, juntamente com os artefatos da produção familiar.

Isso trouxe grandes consequências no sistema de conhecimentos das populações rurais, que passou a desvalorizar os usos e práticas passados de geração em geração, uma vez que tais métodos, se comparados aos níveis de produtividade modernos, se tornaram obsoletos. É o que Henri Mendras (1969, p. 48) chamaria de “invasão da técnica, para não dizer da ciência, no trabalho do cultivador que conduz a uma mudança radical de suas atitudes diante da natureza”.

Assim, viveu-se um grande período em que apenas os benefícios desses produtos, e não os riscos que eles oferecem à

saúde humana e aos ecossistemas em geral eram conhecidos. Na década de 80, entretanto, iniciou-se de forma mais organizada no Brasil movimentos de contestação a esse tipo de agricultura predatória via associações de produtores rurais, organizações sindicais e pastorais religiosas, que buscavam como alternativa a esse padrão, a aplicação de uma agricultura “alternativa” (BRANDENBURG, 2005).

Na década seguinte, a convenção ECO 92, sediada no Rio de Janeiro, fortaleceu ainda mais no país os movimentos de contestação à agricultura convencional, identificados atualmente como de “agricultura ecológica”, abrangendo diversos tipos de produção que seguem essa linha da sustentabilidade dos recursos naturais e humanos (BRANDENBURG, 2005).

Atualmente, a partir da luta dos movimentos ambientalistas, ONGs, grupos ecologistas e percepção da sociedade civil dos riscos alimentares e ambientais trazidos pela modernidade, bem como por meio da observação dos impactos que o uso indiscriminado desses produtos causou à natureza, as populações rurais vêm passando por algumas modificações e até mesmo por um resgate de suas práticas antigas de produção.

A chamada “questão ambiental”, impulsionada por um repensar nos limites do crescimento econômico à custa da espoliação dos recursos naturais, tem sido internalizada cada vez mais pela sociedade, tanto em um nível acadêmico, civil quanto das políticas públicas (FERREIRA, 2009).

A reboque das explicações que relacionam essa crise com o modo de vida promovido pelo capitalismo e seu desenfreio industrialismo (ILICH, 1976; OPHULS, 1977; DUPUY, 1980), que não prevê a distribuição dos recursos de forma equitativa e que como alternativa propõe a organização da sociedade civil para a superação desse processo, algumas análises têm também apontado possibilidades de uma convivência mais harmônica entre natureza e sociedade, sem que necessariamente seja estabelecida essa oposição. É o caso das pesquisas antropológicas que enfatizam

as chamadas “populações tradicionais”, como as indígenas e rurais, que em suas ideologias e práticas têm demonstrado um rico sistema classificatório e preservacionista relacionado ao meio ambiente, por meio dos “etnoconhecimentos” ou “saberes tradicionais” (ARRUDA e DIEGUES, 2001). Além disto, o movimento de “retorno à terra” vivenciado pelos neorurais forasteiros tem evidenciado essa ideologia, além das pesquisas empreendidas no âmbito da agricultura orgânica que incentivam o manejo sustentável das propriedades agrícolas.

É a partir dessas discussões, da escassez e da espoliação dos recursos naturais, que relatórios são redigidos com o intuito de traçar metas mundiais para um desenvolvimento afinado com os aspectos ecológicos. No Brasil, o maior impacto nesse sentido se deu a partir da Convenção Eco-92 no Rio de Janeiro, que lançou mão da Agenda 21 e dos conceitos de “sustentabilidade” e “gestão compartilhada”, que responsabilizam os signatários desse documento a promoverem políticas integradas para o meio ambiente e desenvolvimento (ALMEIDA, 2009). A partir de então, iniciou-se um esforço em trazer tais intenções para a prática cotidiana, quer seja por meio de ações individuais, quer seja pelo compromisso governamental em legislar baseado nesses preceitos (FERREIRA, 2009; ALMEIDA, 2009).

Nos contextos rurais, esse debate veio fazer parte do cotidiano das populações, sobretudo, por meio de leis ambientais consideradas mais rígidas e que dizem respeito, por exemplo, à preservação de nascentes e mananciais; ao estabelecimento de reservas florestais; à aplicação de multas severas e até mesmo prisão no caso de desmatamento não autorizado e caça; ao uso mais comedido e seguro de agrotóxicos, dentre outras iniciativas. Certamente, essas são questões que até hoje suscitam polêmica e diferentes condutas, inclusive por parte dos órgãos ambientais que pressionados pelo capital, muitas vezes fazem concessões aos grandes proprietários de terra em detrimento dos pequenos.

O aumento de “pessoas de fora” nas áreas rurais que “fogem” das grandes cidades à procura de tranquilidade e de

uma vida mais saudável no campo, respirando ar puro e, muitas vezes, realizando atividades agropecuárias que fazem uso de técnicas ecológicas tem se constituído ainda em outra forma em que as populações rurais locais têm tido contato com esse novo paradigma ambiental.

Com a formação de associações de produtores orgânicos, os neorurais locais têm entrado cada vez mais em contato com as preocupações que envolvem um manejo que promova o equilíbrio ambiental e o sustento de suas famílias. Nesse âmbito, o famoso tripé proposto pela Agenda 21, qual seja, “socialmente justo, ecologicamente correto e economicamente viável” (ALMEIDA, 2009), passa a ganhar cada vez mais destaque e mobiliza novos atores sociais na busca desse ideal que se constrói a partir do constante diálogo com os neorurais forasteiros, que, embora com motivações e históricos de vida diferenciados, têm também muito o que aprender com o “povo da roça”, possuidor de um amplo conhecimento sobre o manejo sustentável, apenas deixado de lado por conta das pressões de mercado e mudanças de hábito, mas novamente resgatado nesses novos contextos que se apresentam.

AS RELAÇÕES ENTRE LOCAIS E FORASTEIROS

As relações sociais entre locais e forasteiros no campo, logicamente, não são uma grande novidade, uma vez que trocas comerciais e intercâmbios culturais sempre ocorreram. Entretanto, o ineditismo aqui mencionado consiste no fato de eles unirem-se em torno de associações de produtores com um perfil ecológico, o que pressupõe a equação de conflitos e a criação de códigos comuns para se comunicarem e atingirem objetivos compartilhados, quais sejam, os de produzir satisfatoriamente e escoar sua produção.

Um dos mais privilegiados *locus* para a observação de convergências e divergências ideológicas entre locais e forasteiros

são as reuniões dessas associações, em que pode-se observar, por exemplo, que a participação desses forasteiros no espaço rural sul mineiro nem sempre é vista com bons olhos. Tenho conhecimento, por exemplo, de produtores que optaram por sair da ECOMINAS por julgarem inadequada a participação de pessoas que não praticavam a agricultura familiar, fazendo uso de mão de obra assalariada, tendo muito mais um perfil de empresário do que de produtor rural. O mesmo ocorreu com a Serras Verdes, que se separou da Orgânicos da Mantiqueira por julgar inadequada a participação de não produtores na associação. Segundo a declaração de um dos membros: “nosso critério quando criamos a associação foi o de não aceitar o turista que não produz”, posição que evidencia as dificuldades de interação que ocorrem em alguns casos entre “os de dentro” e “os de fora”.

A explicação de alguns membros sobre o assunto, sobretudo a dada por neorurais forasteiros, é a de que esses pequenos agricultores têm receio de não mais receberem benefícios do governo como o Bolsa família e acesso ao PRONAF, por exemplo, por serem identificados como pequenos empresários. Em uma das reuniões ocorridas na ECOMINAS, em abril de 2013, ocasião em que se buscou a não extinção da associação com a confirmação da participação efetiva de pelo menos 10 membros, condição básica para o funcionamento da mesma segundo seu estatuto, levantou-se esse assunto.

Segundo Ana Rita, a atual presidente da ECOMINAS, “Para a associação dar certo todo mundo tem que se comprometer, e não pode mais ficar com essa divisão de que tem rico e tem pobre, porque no fim todo mundo é produtor e temos que nos unir pelo que temos em comum e deixar as diferenças de lado”.

É importante mencionar que conflitos não ocorrem apenas no âmbito das associações. Os próprios locais recém-praticantes da agricultura ecológica são bastante criticados por seus vizinhos e familiares, uma vez que o sul de Minas caracteriza-se, em termos agrícolas, por bolsões de agricultura convencional e intensiva,

praticada tanto por grandes fazendas com estrutura empresarial quanto por pequenas propriedades familiares, que em grande parte dos casos se valem da pluriatividade para se manterem no campo. Assim sendo, em grande ou pequena escala, a lógica predominante é a da Revolução Verde, por meio da utilização de insumos químicos e maquinário no âmbito do ideário da reprodução capitalista, de produzir mais e com menos custo.

A chamada “segunda revolução verde” (NETO, 1999) marcada pela utilização da biotecnologia como as sementes transgênicas nas plantações, também tem sido bastante empregada nas lavouras da região, sobretudo nas de milho, cujas sementes nativas têm sido cada vez menos preservadas e armazenadas para as safras futuras, prática comum entre os agricultores familiares até bem pouco tempo atrás.

Nesse contexto, alguns pequenos núcleos de agricultura orgânica surgem como um elemento exógeno à lógica do local, sobretudo quando a iniciativa de produzir dessa forma parte, além dos “de fora”, de quem se espera iniciativas que não se enquadram ao que é considerado como mais correto, dos próprios sul mineiros, nascidos e criados “na roça”, como dizem na região.

Segundo o depoimento de Sr. Antônio, produtor natural de São Sebastião da Bela Vista, seu vizinho até hoje não acredita que ele produz batata orgânica e enxerga suas práticas agrícolas com bastante desconfiança. Em suas próprias palavras: “ele acha que estou mentindo quando falo que não passo veneno, não acredita mesmo, mas eu digo que ele pode ir lá ver e se não quiser acreditar, não acredita”.

Os comentários mais comuns endereçados aos produtores orgânicos são de que eles são desleixados, que deixam o “terreno sujo”, cheio de mato. Existem até casos de incêndio proposital impulsionado por essa discordância. Esse é o caso de Ana Rita, produtora de café orgânico em Santa Rita do Sapucaí. Originária de Ouro Fino, Ana morou durante muitos anos em São Paulo,

mas há mais de vinte anos resolveu voltar para Minas, trocando seu estável emprego em um banco para se aventurar no mundo rural.

Para o intento, comprou uma propriedade já formada com café convencional, que aos poucos converteu para o manejo orgânico, e vacas leiteiras, atividade que abandonou há muitos anos. Nos últimos tempos, reservou uma área para reflorestamento através de um contrato com a SOS Mata Atlântica, que doou as mudas de árvores nativas para serem plantadas. No entanto, nos últimos quatro anos, dois incêndios já ocorreram na área, sendo o último ocasionado por uma vizinha que confessou estar queimando “uns ciscos de mato” no seu terreno, quando perdeu o controle do fogo. Segundo seu depoimento para os bombeiros, aquilo tinha sido sem querer, “mas também, a Ana Rita não devia deixar o terreno dela daquele jeito, todo sujo e cheio de mato”, opinião repetida por seu neto que estava na cena. Ana Rita relatou que mesmo os bombeiros fizeram o Boletim de Ocorrência errado, não apontando adequadamente as causas, querendo poupar a responsável pelo crime ambiental.

Os casos das várzeas, que são pela lei consideradas como APP (Área de Preservação Permanente) são ainda uma das principais causas de disputas entre vizinhos orgânicos e convencionais.

Os que optam por respeitar a lei, não limpam as várzeas, deixando a vegetação nativa crescer livremente oferecendo um rico *habitat* de reprodução da fauna e preservando as nascentes e cursos d'água. No entanto, as pessoas que optam por cultivar as várzeas têm sérios prejuízos econômicos com seus “vizinhos ecológicos”, já que o acúmulo de água inunda suas lavouras de aveia e milho e entope seus drenos. Assim, ameaças são constantemente endereçadas a esses vizinhos, que sempre correm o risco de terem suas várzeas queimadas na época da seca, como já aconteceu com alguns produtores do universo desta pesquisa, além de serem considerados desleixados, assim como no caso de Ana Rita.

Recentemente, uma produtora rural passou a responder a um processo judicial movido por um vizinho convencional, por ela não limpar a várzea de sua propriedade. Entretanto, como não existe fundamentação legal para que ela seja obrigada a descumprir a legislação ambiental, que não permite esse tipo de intervenção, os envolvidos no caso acham que ela ganhará a causa.

Isso posto, tais iniciativas ligadas à agricultura orgânica têm sido de forma geral fonte de desconfiança, preconceito e até mesmo sabotagem por parte dos locais praticantes da agricultura convencional, que se encontram em maior número na região.

Essa ideologia de uma agricultura convencional, “limpa e estéril”, encontra-se bastante viva inclusive entre os sul mineiros que, recentemente, optaram pelo manejo orgânico de produção. Diferentemente do que pregam as teorias de permacultura e agricultura orgânica, nas quais as ervas daninhas são chamadas de “ervas espontâneas” e a estética desejada é a da diversidade, têm se constatado – inclusive por meio das inspeções realizadas pela certificadora até pouco tempo comum às quatro associações aqui estudadas, o IBD (Instituto Biodinâmico) – que os produtores estão muito mais substituindo insumos convencionais pelos orgânicos do que incorporando o manejo orgânico em sua totalidade e ideologia. Segundo Tiana, um produtor da Orgânicos da Mantiqueira em Gonçalves: “a agricultura orgânica é só uma agricultura convencional melhorada”, pois considera a permacultura muito mais ecológica por deixar que a diversidade permaneça em meio à produção comercial. Assim, a estética e o modo de produção da permacultura em muito se diferenciam da agricultura orgânica, que apenas adota insumos ecológicos, mas possui a mesma lógica da convencional, por buscar a otimização da produção por meio da separação das culturas de forma artificial.

É interessante notar, como aponta o historiador Keith Thomas (1988), o quanto, para os produtores rurais dependentes da lavoura para sua sobrevivência, o ideal de uma natureza domesticada, produtiva e simétrica, livre de animais e de ervas daninhas se opõe à valorização de uma estética assimétrica, espontânea e protetora de animais e espécimes de plantas belas e úteis para a biodiversidade. Em seus estudos que se centram na Inglaterra dos séculos XVII, XVIII e XIX, o autor aponta que: “A prática de plantar cereais ou vegetais em linhas retas não era apenas um modo eficiente de aproveitar espaços escassos; também representava um meio agradável de impor a ordem humana ao mundo natural desordenado” (KEITH THOMAS, 1988, p. 304).

E ainda:

Na própria Inglaterra, o gosto pelo agreste e pelo irregular seduzia mais os abastados que os pobres, que lutavam pela subsistência, ou os agricultores, que ainda batalhavam com a terra (KEITH THOMAS, 1988, p. 313).

No caso desse campo de pesquisa, nota-se que de fato, as lavouras e hortas dos neorurais locais, que sempre dependeram e até hoje dependem exclusivamente da renda do campo, são sempre bastante simétricas e livres de ervas daninhas se comparadas às lavouras dos neorurais forasteiros, elogiadas pela certificadora, mas não tão produtivas quanto às dos primeiros. Um produtor da ECOMINAS em Pouso Alegre chega a fazer uso inclusive de nível de construção para compor seus canteiros da horta, bastante simétricos e alinhados.

Certa vez, cheguei a ouvir o comentário de um local de que as pessoas achavam que café orgânico tinha que ser “largado, no meio do mato”, mas que ele não concordava com isso, que tinha que deixar as linhas “bem limpinhas, tudo bem bonito”.

A respeito dessa diferenciação ideológica no que tange à preservação ambiental vivenciada por neorurais locais e forasteiros, foi mencionado por um agricultor local da Orgânicos da Mantiqueira, em Gonçalves, que uma das coisas que o deixa muito bravo é este “povo de fora” que critica o “povo da roça” de destruir a natureza. Ao relatar um caso de uma conversa com um neorural forasteiro que comentava indignado sobre o corte de muitos pinheiros, para a venda, realizado por seu vizinho, ele disse ter tido uma séria conversa nesses termos:

Quando ele me falou isso, eu estava cozinhando um franguinho caipira na casa dele. Daí eu fechei a panela, pedi para a sua esposa trazer uma pinguinha e disse que a gente ia conversar sério. Falei para ele que quando um filho ficava doente ou acontecia alguma coisa ele ia no banco e tirava o dinheiro. Quando precisava de um pouco mais, vendia uma quitinete que comprou como investimento, mas o homem da roça não. A poupança do caboclo é em árvore, em gado, é um jeito de ter o dinheiro quando precisa. Disse que o proprietário, mesmo sendo convencional, não tem interesse em destruir a propriedade, mas que às vezes precisa vender umas árvores para sobreviver (Depoimento de Tiana, fevereiro de 2012).

De fato, esse tipo de relação do agricultor tradicional com as árvores como meio de poupança para os filhos, pode ser relatado em outros trabalhos, como o empreendido por Woortman (2009) entre colonos teuto-brasileiros do Rio Grande do Sul, que realizam uma espécie de “reflorestamento ritual” por ocasião do nascimento de uma criança, que poderá contar com aquelas árvores plantadas quando precisar se casar, estudar, construir sua casa, enfim, quando necessitar dispor de uma reserva em dinheiro. Assim como afirma nosso produtor de Gonçalves, não se trata de “destruir a natureza”, mas de dispor dela quando

necessário, fato muitas vezes não compreendido por pessoas que cresceram fora dessa lógica camponesa.

Esse depoimento evidencia o quanto neorurais locais e forasteiros diferem quanto à percepção e lida com a natureza. Os primeiros consideram-na como algo a ser domesticado pelo homem para sua utilidade e produz-se satisfatoriamente dentro dessa lógica. Para os últimos, a natureza ao invés de ser servida passa a ser admirada por seu aspecto selvagem, mesmo que não possa ser domada para fins econômicos.

Diferenças simbólicas, pautadas na dependência econômica exclusiva da domesticação da natureza, no caso de neorurais locais, ou complementar, no caso dos neorurais forasteiros, são motivos que guiam concepções e práticas diversas no universo desta pesquisa.

De acordo com Aun (2011), que desenvolveu pesquisa com o grupo de agricultores da Orgânicos da Mantiqueira na cidade de Gonçalves-MG,

A heterogeneidade do grupo fica clara na forma como são entregues os produtos para comercialização e como as áreas são gerenciadas, bem como nas técnicas utilizadas e na quantidade de produção perdida devido a problemas no plantio e no manejo. Muitas vezes os produtores que são da região tendem a ser referência no manejo de suas áreas, no trato com o solo e no conhecimento do clima da região. Da mesma forma, os agricultores vindos das capitais ou mesmo de cidades mais urbanizadas são referência no gerenciamento da empresa e na formatação de projetos, bem como no contato com organizações e grupos de outras regiões e no relacionamento com os turistas (AUN, 2011, p. 05).

A partir desses exemplos, tornam-se claras as diferenças entre “gente local” e “gente de fora”, que diferem não apenas em seus costumes, mas também nos graus de dependência econômica

em relação à produção rural, o que influi significativamente na lida com a natureza. Apesar disso, os tempos atuais têm proporcionado novas possibilidades de convivência em torno da questão ambiental, o que tem congregado essas pessoas em torno de objetivos comuns, que se materializam nas associações e, mais recentemente, na criação de uma Central de Associações (Orgânicos Sul de Minas), que congrega nove associações e uma cooperativa de produtores orgânicos da região em um SPG (Sistema Participativo de Garantia), devidamente credenciado pelo Ministério da Agricultura, em que a certificação da produção passa a se dar de forma coletiva e praticamente sem custos para o produtor, diferentemente da prática anterior via certificadoras particulares.

No âmbito dessa convivência nas associações e central de associações, os conflitos são latentes e ultrapassam a mera concepção e a prática do que significa produzir ecologicamente. Entretanto, não podemos negligenciar o papel desses atores que têm modificado a organização da produção no campo. Como já afirma Maria José Carneiro (2008),

[...] cabe direcionar o foco de análise também para o papel dos neo-rurais no estímulo à sociabilidade e à criação de laços de solidariedade, através da implementação de projetos coletivos, criação de associações e grupos diversos. Como sugere Kayser, trata-se de saber até que ponto são eles 'portadores de um projeto para a ruralidade que poderia, pela primeira vez, fazer desse novo mundo rural um lugar de inovação social' (2000) (CARNEIRO, 2008, p. 33).

À GUIA DE CONCLUSÃO

Apresentados alguns elementos desta pesquisa realizada no sul de Minas Gerais, cabe a reflexão a respeito da validade do

termo “neorural” como uma categoria ou apenas como uma nova modalidade de se viver no campo, adaptando-se às mudanças impostas pela modernidade.

Atualmente, a literatura especializada reconhece as múltiplas facetas e estratégias que caracterizam o que é ser camponês, uma categoria social que foi se modificando ao longo do tempo, sem por isso perder suas especificidades (GODOI; MENEZES; MARIN, 2009). Nesse sentido, apesar das variações diacrônicas e vastas diferenças no modo de vida desses atores sociais, reconhece-se elementos mínimos que caracterizam o que chamamos de “agricultor familiar”.

Como postula Wanderley (1996), tais características comuns referem-se a: a) um sistema baseado na integração entre policultura-pecuária (nem que algumas dessas atividades ocorram apenas a nível de subsistência, ou como dizem em Minas Gerais, “só para a despesa”); b) em um projeto para o futuro que prevê o “horizonte das gerações”, ou seja, a preocupação em manter e/ou ampliar as terras para que as gerações futuras possam dar continuidade às atividades (mesmo que membros da família sejam pluriativos); c) à pertença a uma sociedade de interconhecimento e a autonomia das sociedades rurais, onde trabalham e compartilham suas vidas em um território bem definido, as *villages*, aldeias, bairros rurais, onde as pessoas se conhecem e mantêm fortes relações sociais que ultrapassam os vínculos de parentesco. Além disso, a autonomia, marcada pela posse de uma propriedade familiar, diz respeito à possibilidade ou não de negociar com o mundo para além desses agrupamentos rurais, sempre havendo a possibilidade de valer-se de uma economia de subsistência em casos mais extremos; d) à sua pequena dimensão em termos mercadológicos, não sendo concentradora de terras, exceto em um âmbito familiar.

Do ponto de vista do que chamamos de neorural local, e nesse caso o prefixo *neo* serve para informar uma postura inédita de produção que se diferencia das práticas de agricultura

adotadas no entorno por vizinhos e familiares, esses quesitos são cumpridos, uma vez que apesar da abertura de horizontes e novas relações sociais possibilitadas por essa “tecnologia produtiva”, eles ainda cumprem grande parte do cronograma do que se considera ser essencial para a caracterização de um camponês, como a preocupação em manter e aumentar a terra para as gerações futuras, manter intensas relações com a comunidade (expressa em mutirões, festas religiosas, rezas, intercasamentos, etc.), criação integrada entre animais e plantas e autonomia viabilizada pela posse da terra e pela recorrência à sua capacidade de subsistência.

O neorural forasteiro (cujo prefixo *neo* refere-se a uma nova ocupação de trabalho e/ou de moradia), por sua vez, migrando recentemente para a zona rural, tampouco cumpre com esses quesitos, apesar de trazer consigo uma forte aspiração de pertença social, o que se evidencia em seu envolvimento político na formação das associações. Sua dependência econômica raramente vem exclusivamente do campo e suas relações familiares e sociais ultrapassam ainda esse espaço. Sua preocupação não é manter a terra para seus descendentes, mas viver o presente com qualidade de vida. A mão de obra empregada em suas atividades nem sempre é exclusivamente familiar e muitas vezes lança mão de recursos externos para se manter no campo.

Dessa forma, abre-se o debate para a reflexão se essas novas formas de ocupar o campo e nele trabalhar, motivadas pela atual problemática ambiental, de fato fundam novas ruralidades, no sentido de determinar novas categorias sociais ou se são apenas relações inéditas fundadas sobre novas bases.

Ficam, portanto, abertos o debate e o convite para reflexões conjuntas que possam dar conta da complexidade das novas relações sociais na zona rural, que vem se multiplicando em diversas partes do globo, aglomerando atores sociais de origens diversas, mas com metas comuns. Sem dúvida um campo rico no intercâmbio entre valores, aspirações de vida, concepções de

mundo e conflitos, frutífero o bastante para pensarmos se esses contextos são ou não constituídos por “novas ruralidades”.

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, João Baptista Teixeira. Desenvolvimento local sustentável para a agricultura familiar. 2009. Monografia (MBA em gestão e planejamento estratégico) – FAI, Santa Rita do Sapucaí.
- AUN, Nádia Jarouche. Populações neo rurais: interações e contribuições para o desenvolvimento rural. In: *I Seminário Internacional Ruralidades, Trabalho e Meio Ambiente*. Universidade Federal de São Carlo. São Carlos, 2011.
- _____. Agricultura orgânica e atores neorrurais na Serra da Mantiqueira: o grupo Orgânicos da Mantiqueira, Gonçalves, MG. 2012. Dissertação (Mestrado) – UFSCar, Araras, 2012.
- BECK, U. Risk Society. *Towards a new modernity*. Sage Publications, London; Thousand Oaks, New Delhi, 1998.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *O afeto da terra: imaginários, sensibilidades e motivações de relacionamentos com a natureza e o meio ambiente entre agricultores e criadores sitiantes do Bairro dos Pretos, nas Encostas da Serra da Mantiqueira, em Joanópolis*. Campinas: Unicamp, 1999.
- BRANDENBURG, A. Ciências sociais e ambiente rural: principais temas e perspectivas analíticas. *Ambiente & Sociedade* – V. VIII, n. 1, p. 1-13, jan./jun. 2005.
- CARNEIRO, Maria José. Agricultores familiares e pluriatividade: tipologias e políticas. In: *Mundo rural e tempo presente*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.
- _____. “Rural” como categoria de pensamento. *Ruris: Revista do Centro de Estudos Rurais*. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, v. 2, n. 1, p. 09-38, 2008.

CARVALHO, Rosângela. Relatório de inspeção Ecominas, Projeto MG 177. Pouso Alegre: IBD, julho de 2010.

CODONHO, Camila Guedes. Dos saberes tradicionais às atuais problemáticas ambientais: novas configurações e estratégias rurais no sul de Minas. Paper apresentado no ST 19: Metamorfoses do rural contemporâneo, 34ª ANPOCS, Caxambu: 2010.

_____. Agricultura orgânica e novas ruralidades: estudos de caso no sul de Minas Gerais. In: I Seminário Internacional Ruralidades, Trabalho e Meio Ambiente. Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, 2011.

_____. “Ser orgânico”: agricultura ecológica e novas ruralidades no sul de Minas Gerais. 2013. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

DAROLT, Moacir Roberto. As principais correntes do movimento orgânico e suas particularidades. In: Planeta Orgânico, 2004. Disponível em: <http://www.viaorganica.com.br/correntes.htm>. Acesso em: 11 fev. 2016.

DIEGES, Antonio Carlos e ARRUDA, Rinaldo S. V. (Orgs.). *Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente; São Paulo: USP, 2001. (Biodiversidade, 4).

DUPUY, J. P. *Introdução à crítica da ecologia política*. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 1980.

FERREIRA, Leila da Costa. *Idéias para uma sociologia da questão ambiental no Brasil*. São Paulo: Annablume Editora, 2009.

GIDDENS, Anthony. *As conseqüências da modernidade*. Editora UNESP: São Paulo, 1991.

GIULIANI, G. M. Neo-ruralismo: o novo estilo dos velhos modelos. RBCS/*Anpocs*, n. 14, ano 5, p. 01-09, out. 1990.

GODOI, Emilia Pietrafesa; MENEZES, Marilda Aparecida; MARIN, Rosa Acevedo (Orgs.). *Diversidade do campesinato: expressões e categorias*. V. 2: estratégias de reprodução social. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

GRAZIANO DA SILVA, José. O novo rural brasileiro. In: Anais do XXXIV Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural. Aracaju: Sober, v. 2, 1996, p. 16-18.

ILICH, I. *A convivencialidade*. Lisboa: Publicações Europa-América, 1976.

KARAM, Karen Follador. A Agricultura Orgânica como Estratégia de Novas Ruralidades: um estudo de caso na Região Metropolitana de Curitiba. In: V IESA/SBSP – V Encontro da Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção e V Simpósio Latino-Americano sobre Investigação e Extensão em Sistemas Agropecuários. Florianópolis/SC, 20 a 23 de maio de 2002.

KAYSER, Bernard. *La renaissance rurale. Sociologie des campagnes du monde occidental*. Paris: Armand Colin Éditeur, 1990.

LATOUR, Bruno. *Reensamblar Lo Social: uma introdución a la teoria del actorred*. Buenos Aires: Manantial, 2008.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã*. 3 ed. São Paulo: Wmf Martins Fontes, 1974.

MAYER, Adrian C. A importância dos “quase grupos” no estudo das sociedades complexas. In: FELDMAN-BIANCO, Bela (org.). *A antropologia das sociedades contemporâneas*. São Paulo: Global, 1987.

MENDRAS, Henri. *Sociologia Rural*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1969. MICHAELLIS. *Moderno dicionário da língua portuguesa*. Companhia Melhoramentos. São Paulo, 1998.

NETO, Canrobert Costa. Agricultura sustentável, tecnologias e sociedade. In: *Mundo rural e tempo presente*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999, v. 2, p. 299-321.

OPHULS, W. *Ecology and politics of scarcity*. W.H. Freeman and Company: San Francisco, 1977.

ORGÂNICOS Sul de Minas. Disponível em <<http://joomla3.ifsuldeminas.edu.br/~organicos/>> Acesso em: 10 jun. 2014.

PAEHLKE, Robert C. *Environmentalism and the future of progressive politics*. New Haven & London: Yale University Press, 1989.

STERN, Paul C.; YOUNG, Oran R; DRUCKMAN, Daniel (orgs.). *Mudanças e agressões ao meio ambiente*. São Paulo: Makron Books do Brasil Editora Ltda, 1993.

THOMAS, Keith. *O homem e o mundo natural*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

WANDERLEY, Maria de Nazareth B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: XX Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu, 1996.

_____. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – o “rural” como espaço singular e ator coletivo. *Estudos Sociedade e Agricultura*, n. 15, p. 87-145, outubro, 2000.

WEBER, Max. A “objetividade” do conhecimento nas Ciências Sociais [1973]. In: COHN, Gabriel (Org.). *Weber: sociologia*. Editora Ática: São Paulo, 2000, p. 79-128.

WOORTMANN, Ellen F. O saber camponês: práticas ecológicas tradicionais e inovações In: GODOI, Emilia Pietrafesa; MENEZES, Marilda Aparecida; MARIN, Rosa Acevedo (Orgs.) *Diversidade do campesinato: expressões e categorias*. V. 2. Estratégias de reprodução social. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009, p. 119-132.

CAMILA GUEDES CODONHO – Mestre em Antropologia Social (Universidade Federal de Santa Catarina), Doutora em Ciências Sociais (Universidade Estadual de Campinas) e pós-doutora em Antropologia Social (Universidade Estadual de Campinas) <camila.codonho@ifisuldeminas.edu.br>